

CRIANÇAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

**CAROLINA DOS SANTOS ESPÍNDOLA¹; EDUARDO ARRIADA²; GABRIELA
MEDEIROS NOGUEIRA³**

¹*Universidade Federal de Pelotas – UFPel – carolinasanesp@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – UFPel – earriada@me.com*

³*Universidade Federal do Rio Grande – FURG – gabynogueira@me.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta dados de uma pesquisa inicial no âmbito do doutorado, vinculada a linha de Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, em que se propõe realizar um estudo comparado entre a Educação Infantil no Brasil e no Uruguai.

Com o objetivo de conhecer como cada um dos países concebe e organiza o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em instituições de ensino, buscamos identificar as concepções de infância presentes nos documentos orientadores de ambos os países. No caso do Brasil, analisamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (2009), documento que reúne os princípios, os fundamentos e os procedimentos para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares para Educação Infantil. Em relação ao Uruguai, consideramos o Marco Curricular para la Atención y Educación de Niñas y Niños Uruguayos desde el nacimiento a los seis años (2007), que concentra diretrizes e estratégias para a educação e atenção das crianças.

A pesquisa trata-se de um estudo comparado em educação, que representa “um prolongamento da história na época presente” (Lourenço Filho, 2004, p. 20), buscando investigar “a trajetória da educação comparada desde suas origens até os dias atuais” (Saviani, 2001 p. 08). Para tanto, utilizamos a metodologia da História do Tempo Presente como fundamentação metodológica.

Ao historiador do tempo presente, cabe as tarefas de estabelecer a verdade histórica sobre o acontecimento e explicar a evolução das representações sobre o passado (Roussso, 2006). Considerando isso, a pesquisa pretende voltar seu olhar para Educação Infantil do tempo presente, considerando os últimos 20 anos, a fim de identificar sua evolução, e possíveis retrocessos

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos relacionados à infância têm ganhado relevância, exercendo influência significativa em campos como Sociologia, Antropologia, História e Filosofia. A obra de Philippe Ariès, publicada em 1962, foi um ponto de viragem nos estudos sobre a infância, uma vez que destacou a infância como uma construção histórica que emerge em momentos específicos e dentro de grupos sociais delimitados (Friedmann, 2011).

Segundo Esperança e Ribeiro (2013), a concepção que se tinha de infância está se transformando, levando em consideração que o mundo tem mudado cada

vez mais rápido com a incorporação de novas mídias ao cotidiano dos sujeitos. As autoras afirmam que “as experiências culturais contemporâneas, não raras vezes, desalojam as crianças das posições de sujeição, obediência e dependência ao possibilitá-las a construção e o domínio de saberes inacessíveis a muitos adultos” (Esperança e Ribeiro, 2013, p. 131).

No caso do Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs, apresentam uma concepção de infância que leva em conta suas múltiplas dimensões, especificidades e necessidades. As crianças são vistas como sujeitos de direitos, no âmbito social, cultural e ético. Segundo o documento, a criança é vista como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009, p. 12).

O documento enfatiza ainda, a importância de considerarmos as crianças em todas as suas dimensões, sejam elas físicas, emocionais ou sociais, criando ambientes acolhedores que promovam experiências significativas capazes de potencializar seu desenvolvimento integral.

As interações e a brincadeira são os eixos norteadores da Educação Infantil, sendo a infância reconhecida como um período importante para a socialização e a construção das relações entre seus pares, entendendo a brincadeira como uma das principais linguagens da criança.

Pode-se dizer então que, as crianças são concebidas nas DCNEIs como sujeitos ativos em seu processo de aprendizado e a Educação Infantil vista como um direito fundamental para que se possa garantir o desenvolvimento integral das crianças.

Considerando o Uruguai, o Marco Curricular para la Atención y Educación de Niñas y Niños Uruguayos desde el nacimiento a los seis años apresenta uma visão muito próxima da brasileira, em que cada criança é única e um sujeito de direitos desde o nascimento, reiterando a responsabilidade do país em assegurar que esses direitos sejam exercidos e garantidos.

Uma das características marcantes apresentadas no documento é a ênfase dada à importância das comunidades onde as crianças nascem e crescem. Estas, segundo o marco, têm o dever de contribuir para um desenvolvimento saudável, holístico e que potencialize suas habilidades. O documento destaca, ainda, a relevância da família na formação da criança.

La familia, dotada de singularidad, constituye el primer entorno educador de niños y niñas en cooperación con otros espacios e instituciones que promueven el desarrollo y la educación durante la primera infancia, em pro de su bienestar y de su integración social (Uruguai, 2007, p. 12).

Porém, essa responsabilidade não recai somente sobre a família, segundo o documento as instituições e diversos outros espaços também têm um papel crucial na promoção do desenvolvimento e da educação durante a primeira infância.

Estos espacios e instituciones deben desarrollar diversas medidas y estrategias que fomenten la participación activa e integración de

los niños, niñas y sus familias en la sociedad a la que pertenecen, generando múltiples oportunidades para que conozcan y practiquen la vida en democracia. (Uruguay, 2007, p. 13).

A importância da primeira infância é reiterada como uma fase da vida em que se desencadeiam marcos e processos decisivos de desenvolvimento. As ações e estratégias propostas neste marco se concentram na promoção da participação ativa das crianças e de suas famílias na sociedade. Outro aspecto crucial é o bem-estar das crianças. Para isso, é destacado no referido documento que elas cultivem hábitos de vida saudáveis desde cedo, em um ambiente que valorize a liberdade, alegria e segurança. Além disso, o marco destaca a necessidade de promover aprendizados significativos em ambientes ricos e bem equipados.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises iniciais apresentadas no trabalho, indicam que, embora existam especificidades inerentes a cada contexto, as crianças de ambos os países são concebidas como sujeitos ativos, detentoras de direitos e integrantes da sociedade. A relevância da infância enquanto período de aprendizado e desenvolvimento humano, e a ênfase na interação social, são aspectos comuns nas abordagens educacionais dos dois países.

A importância dada às famílias e às comunidades é um fator notável, reiterando a responsabilidade coletiva na formação e desenvolvimento integral das crianças. A educação, mais do que um direito fundamental, é percebida como uma prática social que ocorre em múltiplos espaços, e não apenas nos ambientes formais de ensino.

Tanto o Marco Curricular Uruguai quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Brasil reforçam a importância da primeira infância como uma etapa vital para o desenvolvimento humano. Assim, ambas as legislações evidenciam o compromisso dos respectivos países com a garantia de um começo de vida de qualidade para todas as crianças.

Na continuidade da pesquisa outros aspectos serão analisado e aprofundados, como por exemplo, as políticas, os documentos norteadores, o currículo, a formação de professores, o lugar da leitura e da escrita e o espaço das instituições escolares para a Educação Infantil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<https://acesse.one/E2Qkf>>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

ESPERANÇA, J. R, COSTA, P. Ser criança na sociedade de consumidores: problematizações sobre a produção das infâncias no cenário Contemporâneo. In: **Infância(s), educação e governoamento**. Rio Grande: Editora FURG, 2013.

v. 12, cap. 8, p. 127-143. Disponível em: <<https://ury1.com/LOzZe>>. Acesso em: 22/09/2021.

FRIEDMANN, A. **História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância.** Revista Acadêmica de Educação do ISE, Vera Cruz, v.1, n.2, 2011. Disponível em: <<https://urx1.com/N1Q2V>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LOURENÇO FILHO, M, B. **Educação comparada.** Brasília: MEC/Inep, 2004.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

SAVIANI, D. **História comparada da educação: algumas aproximações.** Revista História da Educação, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 5–16, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30500>. Acesso em: 22 abr. 2022.

URUGUAY. **Marco Curricular para la Atención y Educación de Niñas y Niños uruguayos desde el nacimiento a los seis años.** Montevideu, 2014. Disponível em: <<https://ury1.com/8LvMg>>. Acesso em: 20 de abril de 2022.